

SOBRE A POLÉMICA DA DATAÇÃO DAS GRAVURAS RUPESTRES DO VALE DO CÔA*

por

João M. Peixoto Cabral**

Não costumo ler «*O Independente*». A circunstância, porém, de ter assistido no dia 7 de Julho ao *Encontro sobre a Barragem de Foz Côa e as Gravuras Rupestres*, organizado pelo Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico, onde foi citado e serviu de motivo em conversas de corredor, levou-me a ler o artigo publicado no número desse mesmo dia, intitulado «A FRAUDE», sobre as referidas gravuras.

Devo dizer que já me tinham chegado ecos da tendência para o sensacionalismo desse semanário. Apesar disso, confesso que fiquei chocado. Não com os resultados da datação directa das gravuras, obtidos pelos especialistas consultados pela EDP, que aí são revelados e que, embora um tanto surpreendentes, eram em certa medida de esperar — adiante se explicará porquê —, mas com a maneira ultrajante de proceder para com os arqueólogos, nacionais e internacionais, que acusa de fraude, e o modo de «esclarecer» os leitores sobre a questão em causa, em particular sobre o significado dos mencionados resultados.

Que fizeram os arqueólogos para merecerem tal tratamento? Simplesmente o seguinte. Procuraram datar as gravuras que pouco a pouco foram sendo achadas no vale do Côa, caracterizando-as do ponto de vista estilístico e comparando depois o seu estilo com o estilo de pinturas rupestres de idades bem estabelecidas, determinadas geralmente através da aplicação do método do ^{14}C . Quer dizer, procurara fazer a sua datação aplicando um método muito semelhante ao que é usado em investigação na área da História da Arte. Isso permitiu-lhes concluir que as gravuras achadas teriam sido feitas ao longo de várias épocas, desde o Paleolítico até à Idade do Ferro. E reconhecendo que as atribuídas ao Paleolítico se revestiam

* Publicado (embora com título diferente) no *Jornal de Notícias*, de 14-07-95.

** Investigador Coordenador do Instituto Tecnológico e Nuclear, responsável pela criação do laboratório de datação pelo radiocarbono nesse instituto, e Professor Catedrático Convidado do Instituto Superior Técnico.

de importância excepcional, não só a nível nacional como ainda mundial, o que foi confirmado por vários especialistas internacionais em pinturas rupestres, alertaram os portugueses para a necessidade de se estudar e preservar esse riquíssimo Património. Poderá dizer-se que o método por eles utilizado na datação é pouco rigoroso mas nunca fraudulento, a menos que o propósito de quem o designe deste modo seja, esse sim, mal intencionado.

Se existe um método de datação mais rigoroso, como o do radiocarbono atrás citado, com o qual foi possível estabelecer com segurança as idades de algumas pinturas rupestres, será legítimo perguntar por que motivo não foi ele usado pelos arqueólogos para datar as gravuras do vale do Côa? A resposta é simples. Porque para se datar uma obra de arte por este método, é necessário que ela tenha sido feita com um material contendo carbono não-fóssil ou que possa ser correlacionada de forma segura com materiais carboníferos achados no mesmo contexto arqueológico. Ora as gravuras do Côa não satisfazem à primeira condição e, por outro lado, não houve ainda tempo nem se criaram as condições necessárias para fazer escavações cuidadosas junto às rochas onde se encontram as gravuras.

Na verdade, ao contrário de muitas pinturas rupestres onde o carbono foi introduzido pelos artistas nos aglutinantes adicionados a alguns pigmentos ou nos próprios pigmentos — como é o caso do pigmento negro derivado do carvão de madeira —, as gravuras rupestres não contêm carbono que tivesse sido adicionado pelos seus autores na altura da realização da obra de arte, mas apenas carbono casualmente associado ao longo do tempo em consequência da acção prolongada de certos agentes biológicos e físicos, designadamente microorganismos ou vestígios vegetais trazidos pelo vento que acabam por aderir à superfície das gravuras. É óbvio que, nestes casos, qualquer carbono que se extraia das gravuras para fazer a datação pelo ^{14}C não pode conduzir à sua «verdadeira» data, mas a uma data posterior que apenas poderá indicar que as gravuras são certamente mais antigas do que ela.

Assim, é evidente que todos os resultados obtidos mediante este método por alguns dos especialistas consultados pela EDP se encontram nestas condições e que, portanto, não discordam das conclusões a que tinham chegado os arqueólogos, ou seja, as gravuras do vale do Côa são mais antigas do que as datas determinadas por intermédio do ^{14}C por aqueles especialistas. Quanto? Esses resultados não permitem sabê-lo.

Outros métodos, porém, foram aplicados os quais, considerando as notícias publicadas não só n'«*O Independente*» mas também no «*Público*», terão sido o da análise da microerosão e o do ^{36}Cl , complementados com exames no microscópio óptico e ensaios de luminescência. Importa notar, no entanto, que os xistos argilosos — as rochas onde se encontra a maior parte das gravuras rupestres do Côa

— não são, de acordo com R. G. Bednarik (*Archaeometry*, 34, 2, 1992, pp. 279-291), o autor do método de análise da microerosão, as mais apropriadas para serem datadas por este método e, por outro lado, não foi ainda estabelecida nenhuma curva de calibração que tenha feito uso de rochas locais com superfícies de idades conhecidas. Tem interesse notar, além disso, que o método do ^{36}Cl está sujeito às incertezas de algumas variáveis que influenciam a sua taxa de produção *in situ*, designadamente a intensidade e a composição do fluxo de raios cósmicos, bem como a sua variação em função do tempo, da latitude e altitude do lugar, etc., incertezas essas que continuam por estimar. Resumindo, a exactidão destes métodos de datação está ainda longe de ter sido comprovada e, por isso, os resultados por eles obtidos devem ser apreciados com as devidas reservas.

Mas não foi isto o que procurou esclarecer «*O Independente*». É certo que, exceptuando raras e honrosas excepções, os jornalistas portugueses que se têm ocupado do sector das ciências, sobretudo das ciências físicas e naturais, não têm revelado grande rigor nas suas tentativas de esclarecimentos dos vários problemas que têm procurado clarificar. É óbvio, contudo, no artigo d'«*O Independente*», que a intenção não foi o esclarecimento mas precisamente o contrário — procurar a todo o custo levar à opinião pública a ideia de que as gravuras do Côa não são tão antigas como se dizia e que os arqueólogos ou são uns ignorantes ou já o sabiam e andavam a enganar o povo. É óbvio também, tendo em conta sobretudo a decisão da EDP de entregar as informações contidas nos relatórios dos especialistas consultados a «*O Independente*», que o pseudoesclarecimento não foi feito por iniciativa própria mas por encomenda da EDP.

Acho que os portugueses merecem mais respeito. Que a EDP procurasse esclarecer-nos sobre a importância da construção da barragem de Foz Côa como fonte de produção de energia e fonte de abastecimento de água seria natural e altamente vantajoso. Mas que tivesse contribuído para procurar desacreditar a opção contrária — Parque Arqueológico do Côa — e os seus principais defensores, da maneira incorrecta como o fez, pareceu-me pouco saudável e bastante prejudicial. Se já era a favor do Parque Arqueológico, passei agora a sê-lo muito mais.